

Um estudo de caso sobre as relações étnico-raciais no ensino médio¹

Fernanda Sousa Farias Silva
Rodrigo Souza dos Santos
Juliana Thomaz Pereira Marciano
Leonardo Allocca Dorini
Marcela Mattana Reis Alonso
Murilo Prieto Valesse
Gabriela Deneszczuk Antônio²
Vitor Portela³
Vítor Ikeda⁴

Resumo: O objetivo deste artigo é tratar das diferentes dimensões que o racismo toma na realidade brasileira, a fim de revelar como está presente no mercado de trabalho, na educação, na sociedade e na violência cotidiana. Para isso, este artigo levanta aspectos históricos e geográficos, assim como traz dados oficiais de instituições de pesquisa. Para uma evidência mais clara dessas estruturas, o grupo de pesquisa realizou questionários na escola bilíngue Pueri Domus, unidade Verbo Divino, do oitavo ano do ensino fundamental 2 até o terceiro ano do Ensino Médio. Assim, busca-se evidenciar com mais precisão as contradições e os problemas do racismo na sociedade brasileira e como seu discurso é reproduzido em uma escola de elite brasileira, revelando uma profunda hipocrisia social.

Palavras-Chave: raça, preconceito, desigualdade, educação.

Abstract: This article is on different dimensions of racism takes in Brazilian reality and how it occurs in the working market, in education and in the daily violence. The article deals with historic and geographical aspects, as well as official data of research institutions. The research group made use of a survey questionnaire to obtain the views of Pueri Domus Bilingual School students.

Keywords: racism, prejudice, inequality, education.

Introdução

De modo geral, pode-se afirmar que o racismo consiste em toda e qualquer ação ou pensamento discriminatório e preconceituoso que vê uma segregação entre etnias, como se uma fosse inferior à outra. No dicionário Michaelis, o termo é descrito como uma teoria, crença ou doutrina que estabelece uma hierarquia entre raças (etnia), sendo que uma, vista como pura ou superior, tem o direito de dominar outras.

O preconceito racial é considerado crime no Brasil desde 1989 (JORDÃO, 2019), mas a frequente luta da população negra popularizou o assunto nos últimos anos. O Movimento Negro se manifesta em diversos aspectos até hoje: O MNU (Movimento Negro Unificado), por exemplo, foi articulado em 1978, no período da ditadura militar. Foi e ainda é “fundamental para a resistência e a luta em direção ao

¹ Trabalho de pesquisa realizado para a disciplina de Sociologia.

² Alunos da Segunda Série do Ensino Médio da Escola Bilíngue Pueri Domus.

³ Monitor e graduando em História.

⁴ Professor e orientador de História e Sociologia.

fim da discriminação racial no país”, por defender pautas atuais, como o fim da violência policial, do racismo no mercado de trabalho e do regime. Esse movimento

contribuiu com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã e obteve conquistas importantes como a demarcação de terras quilombolas, a Lei 10.639, que prevê o ensino da história afrobrasileira nas escolas, o crescimento - ainda que insuficiente - na quantidade de pessoas negras nas universidades, e o fortalecimento da consciência racial dos jovens. (CAETANO, 2019)

Outra luta muito importante, que tem ganhado cada vez mais força e reconhecimento, é a do Feminismo Negro. O Feminismo já aborda diversos aspectos importantes sobre a igualdade de gêneros, mas quando se trata das mulheres negras, fala-se da minoria entre as minorias na representação política. No Brasil, seu início se deu no final da década de 1970 a partir de uma forte demanda das mulheres negras feministas, já que o Movimento Negro tinha sua vertente sexista e o Movimento Feminista era, muitas vezes, racista (GELEDÉS, 2019). Maria Stewart, a primeira mulher nos EUA a proferir discursos sobre questões políticas tem uma fala que revela a luta da mulher negra para alcançar seus direitos, além da violência constante contra essa minoria:

Lutem pela defesa de seus direitos e privilégios. Conheçam as razões que as impedem de ter acesso a eles. Insistam até levá-los à exaustão. Tentar talvez nos custe a vida, mas não tentar certamente nos levará à morte. (COLLINS, 2019, p.30)

O crime de racismo é um assunto frequentemente comentado ao redor do mundo, e até mesmo no Brasil, foi registrado um aumento de 29% em boletins de ocorrência nos últimos anos (ARCOVERDE, 2019).

Ao se tratar do racismo, é importante desenvolver o termo “raça” e como o seu uso pode ser contraditório. A ideia de “raças” biologicamente diferentes se baseia na vertente poligenista que “defendia a existência de diferentes origens e criações dos seres humanos, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças ‘raciais’ observadas cultural e fenotipicamente” (SCHWARCZ, 1993, p. 49). Entretanto, a utilização desse termo acaba tendo uma conotação negativa, devido à sua “bagagem” histórica, resgatando a ideia refutada de Hipócrates e outros cientistas do século XIX, que acreditavam que o negro era inferior ao caucasiano por ter uma estrutura craniana mais próxima ao do “macaco” (El País, 2019), associação que é utilizada até hoje como ofensa à população negra (SCHUCMAN, 2012).

Apesar do termo “racismo” em si ter nascido com a conotação atual apenas no século XIX, e a discussão sobre o tema ser ainda recente, este é produto de uma realidade bem mais antiga: do período da escravidão, onde tiveram duas fases. A primeira tinha um caráter colonialista, mas também não deixava de ser sócio-econômica e derivada do novo mundo. Essa fase tinha foco no tráfico de escravos, quando eram trazidos negros da África para serem vendidos aqui no Brasil; e no sistema *plantation*, isto é, o trabalho escravo nas fazendas. A segunda escravidão se caracteriza pela presença dos escravos nas metrópoles com o convívio dos seus senhores. Com isso, os senhores poderiam vigiar a produção, já que, após as revoluções, as demandas tornaram-se bem maiores e os castigos ficaram mais intensos, gerando uma condição ainda mais desumana (Youtube, 2019).

A escravidão no Brasil teve início no século XVI, com o aprisionamento e a exploração dos povos indígenas. Estes foram quase dizimados, contraindo diversas doenças, além das agressões e assassinatos. Em 1757, quando Marquês de Pombal estabeleceu um conjunto de transformações na administração colonial, extingue, entre outras ações, a escravização indígena (História do Mundo, 2019)

Devido ao valor e poder que representavam, além da escassez de mão de obra no período colonial, em 1570, os portugueses passaram a importar escravos de algumas tribos africanas para o Brasil. Estes só são alforriados em 1888, com a lei Áurea, depois de muita resistência, e uma importante participação popular. Ainda assim, muitos negros continuaram sendo discriminados por um longo tempo, pois não houve políticas públicas que os integrasse na sociedade (Nexo Jornal, 2017).

Por se tratar do último país da América a abolir a escravidão (FREITAS, 2019), até mesmo devido ao grande número de escravos africanos antes importados, é importante analisar a situação atual dos negros no Brasil. A segregação entre brancos e, principalmente, negros e pardos, advém de um processo histórico de exclusão e discriminação persistente e pouco combatido pelo poder político civil. Assim, é possível evidenciar que os negros são historicamente desprivilegiados, o que mostra como a escravidão estruturou a sociedade brasileira, de modo que mesmo 131 anos depois de sua abolição a integração social dos negros ainda é um problema. De acordo com o professor Otair Fernandes, doutor em Ciências Sociais e coordenador Leafro/UFRRJ (IBGE, 2019):

A questão da escravidão é uma marca histórica. Durante esse período, os negros não tinham nem a condição de humanidade. E, pós-abolição, não houve nenhum projeto de inserção do negro na sociedade brasileira. Mesmo depois de libertos, os negros ficaram à própria sorte. Então, o Brasil vai se estruturar sobre aquilo que chamamos de racismo institucional.

Na Educação, por exemplo, a desigualdade entre negros e brancos nas escolas é mais do que notável, principalmente se compararmos aqueles que completam o Ensino Médio. Em entrevista dada à Rádio Estadão (Estadão/ Blog Educação, 2016), o professor José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, disse que, muitas vezes, o jovem negro sai da escola para entrar no mercado de trabalho mais cedo, pois as oportunidades são mais limitadas: “sofremos com a incapacidade de atacar as desigualdades mais profundas produzidas nessa Educação equivocada que desconsidera a diversidade”.

O índice de negros e pardos em escolas privadas é ainda menor, e as escolas, muitas vezes, ignoram atitudes racistas que ocorrem no próprio local de ensino, não discutindo o assunto suficientemente. Por isso, o objetivo deste trabalho é ver como os alunos de uma escola particular percebem o racismo no seu cotidiano. Para tal, criamos um questionário com 14 perguntas sobre o tema, que mostraria a experiência e conhecimento dos alunos, de 13 a 18 anos do colégio Pueri Domus (unidade Verbo Divino, SP), sobre ao assunto. Deste modo, pretendemos verificar como o racismo se manifesta atualmente, principalmente nas escolas, tomando como base o colégio Pueri Domus, além de evidenciar o caráter hipócrita do ser humano, ao admitir e identificar uma falha na sociedade, mas se recusar a aceitar sua parcela de culpa sobre esta.

1. Desigualdade Social e Racial

Não é um mistério admitir que em São Paulo existe uma desigualdade racial brutal, portanto é imprescindível uma movimentação política e popular para reduzir a desarmonia da sociedade em que vivemos. A lei nº 7.716 de 05 de Janeiro, de 1989, definiu o racismo como crime no Brasil (Jus Brasil, 2019), o que reduziu a proliferação desse pensamento retrógrado e imoral. Para isso, devemos dar um panorama geral da situação de vulnerabilidade da população negra de São Paulo de forma clara e concisa para que assim fique claro o problema a ser explorado. Uma pesquisa feita pelo IBGE revela que 60,6% da população de São Paulo se considera branca, 30,6% se enxergam como pardos, e somente 6,4% dos habitantes de São Paulo são autodeclarados pretos (PMSP, 2010).

A etnia de um indivíduo é determinada por meio da “autodeclaração”, cabendo somente a si mesmo para defini-la. Desse modo, muitos podem negar sua identidade negra, devido ao modo como é tratada pela sociedade. Ao mesmo tempo, outros podem reivindicar tal identificação por valorizar a cultura afro-descendente, ou como uma política antirracista, além de outros sentidos individuais produzidos por cada sujeito (SCHUCMAN, 2012). O texto “A política de reconhecimento” (1998) de Charles Taylor defende um maior reconhecimento das minorias. Este abrange a premissa de que o ambiente altera o modo como um indivíduo se enxerga na sociedade. Assim,

não há como um sujeito se reconhecer de forma positiva se a sociedade em que ele está inserido produz, acerca de seu grupo, estereótipos, preconceitos e discriminações que restringem a possibilidade de humano desses sujeitos. (TAYLOR, 1998)

1.1. Presença de Negros na cidade de São Paulo

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, divulgados em novembro de 2017 pelo IBGE, os negros representam a maior parcela da população brasileira. Entretanto, na cidade de São Paulo, o número não se mostra tão significativo, com pretos e pardos representando apenas 37% da população, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Aliás, a região Sudeste tem uma das menores porcentagens de autodeclarados pretos e pardos no Brasil, superando apenas o Sul.

Mesmo com o reduzido número na cidade, os poucos autodeclarados negros concentram-se nas periferias e em locais com poucas oportunidades de empregos, o que mostra o caráter segregacionista da sociedade brasileira. A segregação econômica acaba por se confundir com a segregação racial, projetando sobre o negro uma identidade social e historicamente pré-concebida de marginalizado.

Um mapa feito pelo IBGE nos permite ver o real problema de São Paulo, muitas de suas subprefeituras, como por exemplo Parelheiros e Cidade Tiradentes, são as regiões com menor renda média dos domicílios, sendo de 1.900 a 3.400 reais. Não por coincidência, são também as áreas que possuem os maiores percentuais de negros em todo São Paulo, como na região de Parelheiros em que 57,1% de seus habitantes se consideram negros (IBGE - 2010). Todos esses fatores se interligam quando passamos a analisar a renda média domiciliar na cidade de São Paulo.

Em cargos de alto prestígio, vemos que a diferença entre o salário de pessoas negras e brancas é de aproximadamente 1 para 2,5, respectivamente. Entre as famílias com autoridades de cor branca, a renda média calculada pelo IBGE é de R\$ 7.095,00 e, entre as famílias com os responsáveis negros, a renda média é de R\$ 2.867,61. Ou seja, residências chefiadas por homens negros têm renda 2,6 vezes menor do que as

dirigidas por homens brancos. Nos agregados familiares chefiados por mulheres brancas, a renda familiar era 2,3 vezes maior que os chefiados por mulheres negras.

Podemos ver também que, em regiões onde há mais oportunidades de emprego, há uma menor presença de pessoas negras (PMSP, 2019). Essa situação se dá devido à segregação sócio-espacial que a população negra é submetida, o que faz com que acabem sendo obrigados a se abrigarem em áreas mais afastadas e menos valorizadas. Segundo dados da Rais (2013) em relação a distribuição de empregos, 32% para negros e 68% para brancos, mais uma diferença discrepante que mostra a desigualdade entre as raças relacionada à desigualdade no campo de trabalho.

Visto que 38% dos brancos foram vítimas de homicídios, enquanto mais de 62% dos negros foram vitimados (Rais, 2013), percebe-se que a população negra sofre mais violência que a população branca. Na cidade de São Paulo, entre todas as pessoas assassinadas em um ano, 64% são negras (MARTINS, 2019).

Isso revela que as pessoas brancas, por estarem em áreas de alta renda, mesmo sendo visadas a roubo, têm menor número de homicídios. Tal fato mostra que os ricos se “autoprotegem” apoiados em sua localização geográfica, geralmente afastada do “raio de violência”. Já os negros, às vezes acabam sendo assassinados pelos próprios policiais, que utilizam a cor do suspeito como argumento para decretá-lo culpado. O fato da maioria da população presidiária ser negra também é um dado significativo, já que por muitos não terem acesso à renda ou a um modo de ascender socialmente, encontram-se em uma situação de vulnerabilidade econômica na qual prevalece a violência. Em função disso, a sociedade tende a associar a criminalidade à cor, “colorindo o ‘bandido’ de negro”, o que leva a injustiças na seletividade penal contra a população negra, transformando as cadeias em depósitos de negros e pobres.

A visão marginalizada sobre a população negra também reduz as oportunidades trabalhistas, visto que nove em cada dez negros apontam racismo na contratação de trabalhador (PEU, 2017). O receio de “prejudicar” a imagem da empresa devido à aparência do empregado tem grande interferência na contratação. Em uma pesquisa realizada pela Etnus (2017), 53% dos entrevistados admitiram ter raspado ou alisado o cabelo para fazer uma entrevista de emprego ou ser aceito no ambiente profissional, o que mostra como os traços da cultura afrodescendente são discriminados, por representarem uma população desfavorecida.

1.2. Racismo e Educação

Infelizmente, o racismo não deixou de afetar áreas como a educação. Levando em conta que, apenas 32% dos empregados em São Paulo (Rais - 2013) foram identificados como pertencentes à população negra, e estes estão concentrados nas faixas de rendimentos mais baixas - até 3 salários mínimos (PMSP, 2019) -, as condições para uma boa educação são reduzidas.

Assim, o mais sensato seria recorrer ao ensino público, não tão eficiente, como é de conhecimento geral. Contudo, analisando o número de pretos e pardos nas escolas, ainda é um número tanto mais reduzido do que o número de brancos. Essa porcentagem chega a decair ainda mais conforme se aproxima do Ensino Médio, pois muitos acabam não tendo estabilidade financeira, ou uma estrutura familiar que lhes permitam focar completamente no ensino. Desse modo, os negros acabam abandonando os estudos prematuramente para conseguir entrar no mercado de trabalho e ajudar a família.

A fim de diminuir essas disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias, surgiram as cotas raciais. Embora em 2000, a UERJ já houvesse concedido uma cota de 50% em cursos de graduação por meio do processo

seletivo, para estudantes de escolas públicas, apenas em 2012 as cotas raciais foram votadas como constitucionais por unanimidade (MEIRELES, 2016). Estas políticas têm grande importância, pois o Brasil tem uma dívida histórica com os negros, que devido à escravidão, têm dificuldade em reintegrar-se na sociedade até hoje. Ademais, as cotas acabam motivando os negros e indígenas a prestarem vestibulares para carreiras ocupadas predominantemente por brancos, promovendo uma convivência entre diversos grupos étnicos.

É possível notar que entre 2000 e 2010 houve uma grande melhora nos níveis de escolaridade da população da cidade de São Paulo. A população negra já é fortemente beneficiada por essas mudanças, todavia ainda existem grandes disparidades raciais. Em cada ano do ensino das escolas de São Paulo é possível observar notáveis melhoras no acesso para a população negra. Para provar isso, pode-se ver em uma pesquisa do IBGE (2010) que mostra uma queda percentual de negros (de 15 a 39 anos) com somente o ensino primário não completo, caindo de 47,1% em 2000 para 30,2% em 2010. Houve também um aumento na porcentagem de negros com nível médio de 21,3% em 2000 para 35,5% em 2010, e ensino superior de 2,2% em 2000 para 6,5% em 2010 (PMSF, 2019).

2. O Pueri Domus, unidade Verbo Divino

Fundada em 1966, a Escola Bilíngue Pueri Domus constitui-se como um centro educativo privado e de ponta voltado para o mercado educacional brasileiro.

Nos destacamos ao valorizar a tecnologia no processo de aprendizagem. O reconhecimento internacional desse investimento veio em 2016, com a certificação Apple Distinguished Program, programa desenvolvido pela Apple para reconhecer iniciativas pioneiras e de excelência ao redor do mundo que usam a tecnologia com o propósito de uma educação transformadora. (Escola bilíngue Pueri Domus, 2019)

Atualmente, em sua unidade Verbo Divino, a mensalidade é de R\$4.244,75. Já o salário mínimo na cidade de São Paulo é cerca de R\$1.163,55, 15% a mais do que o teto salarial mínimo (R\$ 998,00). Estabelecendo uma relação direta entre a mensalidade da escola e os dados a respeito da distribuição de renda na cidade, a faixa populacional que tem condições financeiras para o acesso a esse meio educacional corresponde a 2% do total com 10 anos ou mais (Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, 2010).

Portanto, o serviço educacional oferecido pela instituição Pueri Domus está restrito a uma ínfima parcela da população paulistana, fora do alcance da grande maioria que recebe menos de 5 salários mínimos por mês. Como consequência, a grande maioria da população acaba recorrendo ao ensino público e ficando sem acesso à uma educação de qualidade. Contudo, ao privatizar a educação, quem não pode arcar com os custos acaba sendo privado também do direito à educação de qualidade.

Segundo dados do IBGE, negros representam 54% da população brasileira, porém apenas 17% dessa porcentagem são considerados ricos. Ou seja, nem metade da população negra brasileira poderia ter acesso à escola particular como o Pueri Domus, pois apenas essa parcela de 17% ganha aproximadamente 11 salários mínimos (UOL Economia, 2014). Segundo o relatório da Oxfam, 67% dos negros brasileiros estão entre as pessoas que recebem até 1,5 salários mínimo. Para os brancos esse número é menos de 45%. “Tal como acontece com as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com

rendimentos acima de dez salários mínimos, há quatro brancos”, indica o documento (UOL Economia, 2014).

De acordo com os dados obtidos pelo IBGE (2010), 76% dos jovens brancos estão no ensino médio, enquanto os negros estão apenas 62%. Apesar de os negros serem a maioria da população no Brasil, esses dados revelam que uma grande parcela desses negros não tem acesso ao ensino no Brasil (Todos pela Educação, s/d). O Pueri Domus é uma escola localizada em uma região privilegiada de Santo Amaro, onde está a terceira maior população branca, que, de acordo com os dados do IBGE (2010), também possui uns dos melhores salários entre as subprefeituras de São Paulo.

Ao analisar os alunos do Colégio Pueri Domus, é perceptível a discrepância entre brancos e negros, sendo os primeiros uma maioria esmagadora dos contribuintes. Tal disparidade de etnias em uma escola com alto potencial, localizada entre as 30 melhores escolas do estado de São Paulo, segundo resultados do Enem 2018, mostra a diferença de acessibilidade que a privatização do ensino leva. O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 fala da “educação como direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Constituição Brasileira, título 2, cap. 3, seç. 1. Art. 205). A partir da lei, é possível observar que a maior parte da população pobre é negra e acaba sendo indiretamente privada do ensino de custo elevado, isto é, de escolas que costumam ter uma qualidade também superior. Portanto, a privatização da educação é inconstitucional e colabora para que certa camada da população seja silenciada.

Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaborem voluntariamente para sua própria vitimização. (COLLINS, 2019, p. 30)

3. Entrevistas

Nas entrevistas feitas com os alunos entre o 8º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, podemos perceber diversas opiniões e diferentes conceitos entre os alunos entrevistados.

Há uma enorme porcentagem de pessoas brancas, com quase 92% dos resultados, o que mostra a predominância da etnia branca na escola Pueri Domus, pois a mensalidade está fora de alcance de muitos brasileiros e, principalmente de negros, que são, em sua maioria, pobres.

Em uma outra pergunta, 100% dos entrevistados afirmam que o racismo existe. Quase 70% dos entrevistados afirmam ter presenciado algum tipo de racismo, tanto na rua como na sala de aula, o que é uma parcela muito expressiva, visto que só 6% afirmam já ter, de fato, sofrido algum tipo de preconceito racial, porcentagem que condiz com a mesma parcela que disse não ser branca. Se todos concordam com a presença do racismo, mas negam ser racistas, é questionável a presença da parcela racista.

Em uma pergunta em que pedimos a interpretação do fato de que, segundo R7 e G1, $\frac{2}{3}$ da população carcerária é negra, 17% dos entrevistados afirmam que esse fato é culpa da falta de recursos e de dinheiro. Contudo, 10% afirmam não saber sobre o assunto. Ou seja, essa disparidade entre a afirmação e a falta de argumentos para a

sustentação desta ideia mostra uma falta de conhecimento por parte dos entrevistados a respeito do assunto. Nessa mesma pergunta, quase 40% afirma que os policiais ou órgãos públicos, como juízes, acabam fazendo injúria racial, por terem uma política equivocada em que pesa a cor do suspeito. 17% afirmam até mesmo já ter presenciado uma injúria racial por parte da polícia.

Quando comparado ao número de pessoas que escrevem que a culpa é de traços históricos como a escravidão, 100% afirma que a escravidão influenciou totalmente no racismo atual, e que a culpa é da política da época, que não cuidou de uma reintegração desses negros na sociedade. Isso pode ter relação com o crime pelo fato de que negros e pardos terem menos acesso a escolas, ao trabalho e/ou à saúde de qualidade, além de geralmente terem origens mais humildes, podendo até mesmo chegar a passar fome e serem humilhados por sua cor.

Sobre a pergunta de cotas raciais, 30% são a favor, pois afirmam que é uma forma de consertar erros mais antigos, como a escravidão, que só prejudicou a vida dos negros, que até mesmo depois de alforriados, tiveram que ficar em ruas ou voltar à condição de escravo, por não terem condições de se manter. Porém 36% são contra e acham que as cotas deveriam ser sociais, ou seja, para pessoas de baixa renda. Um entrevistado diz em seu discurso, que as cotas só ampliam o racismo, uma vez que grupos de outras etnias, que não negra ou indígena, podem se sentir “injustiçados”, principalmente no quesito de nota de corte em vestibulares.

As entrevistas também mostram uma enorme desigualdade social. Na Escola Bilíngue Pueri Domus, 8% afirma ser negra - dados que, em uma escola pública, podem ser muito maiores. Observando a realidade do colégio e os dados levantados pelas entrevistas, a desigualdade social relacionada à questão racial é perceptível. A maioria das pessoas negras que trabalham na escola possui função em áreas como limpeza ou recepção. Nas salas de aula, são registrados um ou dois alunos negros no máximo. Isso mostra que a maioria das pessoas negras que o corpo de funcionários e os alunos do Pueri Domus têm contato no dia a dia é de classe social mais baixa que os entrevistados, revelando uma desigualdade econômico-social entre as etnias muito perceptível na escola.

Conclusão

O racismo está presente desde o século XIX, com a escravidão, sendo que os negros eram inferiorizados em relação aos brancos. Ao passar dos anos, este conceito não mudou. Atualmente essa diferença de “poderes” se mostra, por exemplo, através das moradias, onde negros se encontram em periferias e brancos em bairros de alta qualidade. O perigo presente nas periferias amedronta a população, porém esse medo se volta para os negros, que apenas vivem no local. Ao analisar o caráter segregacionista da sociedade branca, conclui-se que segundo o Centro de Estudo das Relações de trabalho e Desigualdade (CEERT, 2014) “somente 1,3% se considera racista”. Contudo, considerando que na mesma pesquisa 68,4% afirma já sofreu preconceito fica claro um comportamento oposto à fala, evidenciando a hipocrisia da sociedade.

Portanto, é evidente a falta de informação na escola bilíngue Pueri Domus, e que isso deveria sim ser tratado como pauta, pois alguns mostram uma certa sensibilidade em verem que o racismo é estrutural na sociedade. Os negros têm pouco acesso à escola privada, e têm uma imagem constantemente associada ao crime e à pobreza por estarem sempre em cargos menores que os entrevistados. Devido a isso, cerca de 30% defendem as cotas raciais, já que é uma maneira de dar oportunidade à população negra que cotidianamente sofre com o racismo. Contudo, a hipocrisia

aparece quando, mesmo não admitindo diretamente ter uma postura ou algumas opiniões racistas quando perguntados, todos os entrevistados afirmam que existe de fato racismo na sociedade. Isso mostra que ninguém se declara racista, mas, ao mesmo tempo, uma parcela (68%) afirma também já ter presenciado práticas de racismo. Onde estariam então os racistas? Além disso, houve respostas como “não me importo” (5%), revelando uma certa falta de interesse em refletir sobre esta questão tão importante na sociedade brasileira.

Os entrevistados afirmam também que gostariam de reverter os erros do passado, porém também afirmam que isso poderia acabar gerando consequências ainda piores, trazendo um problema não só ao negro como à toda sociedade. Grande parte pode se sentir culpada ao mostrar apoio à ideia de garantir direitos aos negros. Contudo, a parte racista nunca aceitará devido à política apática que acoberta crimes e corrupções em uma sociedade extremamente racista e de impunidade; uma sociedade que não intervém para que o negro não seja discriminado em seu ambiente de trabalho e/ou escolar ou ainda aplicando uma pena fraca aos que cometem o ato de injúria ou de preconceito racial. É necessário, portanto, não só compensar e reconhecer os erros do passado, mas também buscar e propor políticas públicas que garantam uma sociedade mais democrática para todas as etnias.

Referências Bibliográficas

Agência IBGE Notícias. “IBGE mostra as cores da desigualdade”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade> Acesso em 11 de set 2019.

Agência IBGE de Notícias “População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. 24 nov 2017”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos>. Acesso em: 19 ago. 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe; ROSSI, Amanda. “Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador”. BBC Brasil, 13 mai. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ARCOVERDE, Léo. “Crimes de racismo e injúria racial crescem 29% em São Paulo em 2018”. G1, 27 jul 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/07/27/crimes-de-racismo-e-injuria-racial-crescem-29-em-sao-paulo-em-2018.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2019.

BOCCHINI, Bruno. “Piso salarial em São Paulo passa a ser de R\$ 1.163,55 em abril: Valor supera em 15% o do salário mínimo nacional”. Agência Brasil, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2019-03/piso-salarial-em-sao-paulo-passa-ser-de-r-116355-em-abril%3famp>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CAETANO, B. “Uma história oral do Movimento Negro Unificado por três de seus militantes”. Brasil de fato – Uma visão popular do Brasil e do mundo, 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores/>. Acesso em: 11 set 2019.

CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. “Brasileiros acham que há racismo, mas somente 13% se consideram racistas”. 2014. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/outros/4473/brasileiros-acham-que-ha-racismo-mas-somente-13-se-consideram-racistas>. Acesso em 14 de set 2019.

COLLINS, Patricia Hills. “A política do pensamento feminista negro”. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.- 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019, pp. 29-61.

Constituição Brasileira (título 2, cap. 3, seç. 1. Art 205). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 11 set 2019.

COSTA, Fabiano. “Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos ou pardos, diz estudo”. G1, 5 nov 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declaram-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Diário Causa Operária. “Depósito de negros e pobres: 40% dos pretos e pobres brasileiros não foram condenados”., 12 ago. 2018. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/deposito-de-negros-e-pobres-40-dos-presos-brasileiros-nao-foram-condenados/>. Acesso em: 20 ago 2019.

Escola bilíngue Pueri Domus. 2019. Disponível em: <https://pueridomus.com.br/> Acesso em: 10 de set 2019.

Estadão – Blogs Educação e etc. “A desigualdade entre negros e brancos também está na educação”. Estadão, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/a-desigualdade-entre-negros-e-brancos-tambem-esta-na-educacao/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

FREITAS, Jessica. Há 190 anos, escravidão foi abolida em 5 países americanos. Terra, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/ha-190-anos-escravidao-foi-abolida-em-5-paiseamericanos,c064109985195410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em: 20 ago 2019.

El País/ Ciência “Devemos continuar usando o conceito de raça?”. 8/2/2016. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/05/ciencia/1454696080_059342.html. Acesso em: 20 ago 2019.

GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. “Feminismo negro: sobre minorias dentro da sociedade”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/> Acesso em 14 de set. 2019.

História do Mundo – Período Pombalino. “Período Pombalino”. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/periodo-pombalino.htm>. Acesso em: 20 ago 2019.

JORDÃO, Fernando. “Lei que torna racismo crime completa 30 anos, mas ainda há muito a se fazer”. Correio Braziliense, 5 jan 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/05/interna-brasil,729072/lei-que-torna-racismo-crime-completa-30-anos-mas-ha-muito-a-se-fazer.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Jus Brasil. “Art. 20 da lei n 7716 de 05 de janeiro de 1989”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11797094/artigo-20-da-lei-n-7716-de-05-de-janeiro-de-1989>. Acesso em 11 de set 2019.

MARTINS, Leonardo. “Em SP, 64% das pessoas mortas pela PM no ano passado eram pretas ou pardas”. UOL Notícias, 4 mar 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/04/60-pessoas-mortas-pm-sao-negras-sao-paulo-2018.htm>. Acesso em: 20 ago 2019.

MEIRELES, Carla. “Cotas raciais no Brasil: Entenda o que são!” Politize!, 31 out 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 19 ago 2019.

Nexo Jornal. “Falta de políticas públicas explica desigualdades raciais no mundo empresarial, segundo este pesquisador”. 12/03/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/03/12/Falta-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-explica-desigualdades-raciais-no-mundo-empresarial-segundo-este-pesquisador>. Acesso em: 11 set 2019.

Clube do Jornalismo. “Racismo nas escolas particulares: é preciso educar”. 19 set. 2016. Disponível em: <http://clubedojornalismo.com.br/racismo-nas-escolas-particulares-e-preciso-educar/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PEU, A. “Nove em cada dez negros apontam racismo na contratação de trabalhador, revela pesquisa”. R7, 2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/nove-em-cada-dez-negros-apontam-racismo-na-contratacao-de-trabalhador-revela-pesquisa-25072017>. Acesso em: 20 ago 2019.

PMSP - Prefeitura de São Paulo. “Igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios”. 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf. Acesso em: 19 ago de 2019.

RODRIGUES, Sérgio. “Racismo, a palavra, nasceu no século XX”. Veja, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/racismo-a-palavra-nasceu-no-seculo-20/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. “Raça e racismo”. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2012, pp. 31-42.

SILVA, Leonardo Soares Quirino. “Abolição da Escravidão Indígena: 1680 ou 1755?” Educação Pública, 3 abr. 2007. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0036.html>. Acesso em: 17 ago. 2019.

Todos pela Educação/ Conteúdos. “Obstáculos no caminho: desigualdade racial na educação brasileira”. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/obstaculos-no-caminho-desigualdade-racial-na-educacao-brasileira>. Acesso em 14 de set. 2019.

SPERANDIO, Luan. “4 fatos para você enxergar o Salário Mínimo com outros olhos”. Instituto liberal, 9 jan. 2018. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/economia/4-fatos-para-voce-enxergar-o-salario-minimo-com-outros-olhos/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Período Pombalino. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/periodo-pombalino.htm>. Acesso em: 20 ago 2019.

UOL Economia. “Negros ganham metade da renda de brancos; igualdade levará mais de 70 anos”. 2014. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/12/04/negros-representam-54-da-populacao-do-pais-mas-sao-so-17-dos-mais-ricos.htm>. Acesso em 14 de set 2019.

VELASCO, Clara. “Negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos em média no Brasil; trabalhadores relatam dificuldades e ‘racismo velado’”. G1, 13 maio 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/negros-ganham-r-12-mil-a-menos-que-brancos-em-media-no-brasil-trabalhadores-relatam-dificuldades-e-racismo-velado.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2019.

VILARDAGA, Vicente; CAVICCHIOLI, Giorgia. “Continuamos escravos”. Istoé, 11 maio 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/continuamos-escravos/>. Acesso em: 17 ago. 2019.

YouTube, Leitura obriga HISTÓRIA “O que foi a segunda escravidão?”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpGQbbyPIIE>. Acesso em 14 de set 2019.

Recebido para publicação em 17-09-19; aceito em 14-10-19